

João Lopes Borges

26.9.12

ATA 1/2012

-- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, na primeira sessão ordinária do ano de dois mil e doze, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira; 2) Fusão das empresas Pavimafra, EM, SA, e Giatul, EM, SA; 3) Regulamento de Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem do Município; 4) Procedimentos Concursais – Recrutamento de 13 Assistentes Operacionais; 5) Alteração da sinalização de trânsito em vários arruamentos do Concelho de Mafra. -----

-- Passavam dez minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, deu por iniciada a sessão. Passou a palavra ao Segundo Secretário da Mesa, Luís António Duarte Ribeiro Alves, que procedeu à chamada. Verificou-se a presença dos seguintes membros: Joaquim Francisco da Silva Sardinha (Presidente da Assembleia Municipal), Paula Cristina Silvério Raposo Borges (Primeira Secretária), Américo José de Oliveira Peralta, Ana Rute Júlio Azeiteiro, Aníbal Rolim Ferra, António Francisco Machado (Presidente da Freguesia da Carvoeira), António Manuel da Silva Mansura (Presidente da Freguesia da Ericeira), António Manuel Gomes Garcia Branco, António Manuel Ramalho Pereira (Presidente da Freguesia de Mafra), Carlos Alberto André Batalha, Carlos Alberto da Costa Maia, que substitui Maria da Conceição da Silva Caldeira Simões (Presidente da Freguesia da Azueira), Carlos Alberto dos Reis, Carlos Jorge dos Reis Esteves (Presidente da Freguesia de Santo Estêvão das Galés), Cristina Lucília Gonçalves Loureiro, Daniela Costa, que substitui Teresa Jesus Afonso Alexandre, Domingos Manuel Vicente Janota (Presidente da Freguesia da Igreja Nova), Filipe Miguel Martins Estrela Infante, Hélder Luís Alves Ramos (Presidente da Freguesia de Santo Isidoro), Hugo Manuel Moreira Luís, Ivo Tiago Marques Caracol, João Lima Pereira Gaito (Presidente da Freguesia de Vila Franca do Rosário), Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz, Jorge Manuel Simões Duarte, que substitui Paulo Jorge da Conceição Ricardo (Presidente da Freguesia do Milharado), Jorge Manuel Zeferino Lourenço, que substitui Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues, José Alberto de Barros Quintã (Presidente da Freguesia de Sobral da Abelheira), José Lourenço Alves Nascimento, que substitui Nuno João da Cruz Sardinha (Presidente da Freguesia da Encarnação), José João Lopes Costa, Júlio Manuel Lopes, Licínia Correia Batista Quitério, Manuel Maria Pimenta, Maria Isilda Viscata Lourenço de Oliveira Pegado, Maria Lúcia da Silva Oliveira Carvalho, Maria Natércia Rodrigues Dias da Silva Simões (Presidente da Freguesia da Enxara do Bispo), Mário João Acúrcio Vicente (Presidente da Freguesia de Cheleiros), Mário Manuel Costa Pereira, Miguel Ângelo da Silva Correia, Paulo Frederico E. Alves Fernandes Pardal Morcela, Rui Veríssimo Jorge (Presidente da Freguesia de São Miguel de Alcainça), Sérgio Alberto Marques dos Santos, Tiago Miguel Plácido Nunes, Vítor Gomes, que substitui Joaquim Manuel Ribas da Costa (Presidente da Freguesia da Malveira) e, por último, Luís António Duarte Ribeiro Alves (Segundo Secretário). Verificaram-se as seguintes ausências: Joaquim Manuel Ribas da Costa (Presidente da Freguesia da Malveira), Maria da Conceição da Silva Caldeira Simões (Presidente da Freguesia da Azueira), Nuno João da Cruz Sardinha (Presidente da Freguesia da Encarnação), Paulo Jorge da Conceição Ricardo (Presidente da Freguesia do Milharado), Teresa Jesus Afonso Alexandre e Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues (Presidente da Freguesia da Venda do Pinheiro), cujas faltas a mesa da Assembleia Municipal deliberou justificar. Verificou-se, ainda, a ausência de Daniel Duarte Marchante e Luís Filipe de Almeida Cordeiro (Presidente da Freguesia do Gradil), cujas faltas não foram justificadas. -----

-- Foi dado início ao período de **antes da Ordem do Dia**, colocando-se à discussão a ata número cinco de dois mil e onze. -----

-- Não se verificando inscrições, prosseguiu-se com a votação da ata número cinco, tendo esta sido aprovada por maioria, com cinco abstenções, das quais três do PS e duas do PSD. -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz referiu: "em primeiro lugar, queria congratular-me porque o Concelho de Mafra foi escolhido para a realização dos VIII Jogos Desportivos da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, de sete a quinze de julho. Relativamente ao novo hospital de Loures, gostaria que o Executivo nos pudesse esclarecer relativamente aos transportes e aos encaminhamentos da população do Concelho. Gostaria também de saber se, parte do Senhor Secretário de Estado da Cultura, há algum desenvolvimento sobre o restauro dos carrilhões do Palácio Nacional de Mafra. Relembro ainda que decorre, até onze de março, a Mostra Gastronómica «Os Sabores da Tapada Real», envolvendo diversos restaurantes do Concelho de Mafra, uma iniciativa que visa divulgar a gastronomia local, enquanto produto turístico, e dinamizar a atividade da restauração. São onze os restaurantes da região que acolheram este evento. Tenho ainda mais uma questão: qual o ponto de situação do novo Plano Diretor Municipal (PDM)?" -----

--- No uso da palavra, o Senhor Aníbal Ferra leu a moção que foi anexada a esta ata com a designação de ANEXO UM. Acrescentou: "Depois desta moção, trago um reparo. O Bloco de Esquerda entende que todo o património de Mafra deve ser cuidado e que quando os munícipes reclamam não lhes devem ser dadas respostas como esta que foi dada a um grupo de munícipes. Vou passar a ler um ofício enviado pela Câmara Municipal de Mafra". O referido ofício é anexado a esta ata com a designação de ANEXO DOIS. Seguidamente, mencionou: "Como é possível dar uma resposta destas, quando estamos perante um terreno vedado, com dono, com portões que eram abertos para lá serem depositados todo o tipo de entulhos? Hoje, esse mesmo terreno tem lá uma placa a dizer encerrado. O Bloco de Esquerda gostaria de ter uma informação da Câmara: como é possível que um terreno dedicado à agricultura possa ser um depósito de resíduos que eram queimados regularmente com o apoio dos Bombeiros?" -----

--- Interveio a Senhora Dona Licínia Quitério para dizer: "na continuação da proposta que apresentámos na última Assembleia, e que gerou alguma perturbação dos trabalhos, conforme prometemos estamos aqui hoje para apresentá-la novamente". A referida proposta é anexada a esta ata com a designação de ANEXO TRÊS. -----

-- O Senhor José João Costa disse: "a pergunta que me traz aqui é a seguinte: A Câmara pode-nos dar uma previsão da conclusão das obras em frente ao Palácio Nacional de Mafra? Estas estão a causar desconforto nos munícipes." -----

-- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal respondeu, dizendo: "sobre o Hospital de Loures, a Câmara Municipal tem conhecimento de que hoje, dia vinte e sete, começaram a funcionar as urgências. Os munícipes das freguesias da Malveira, Venda do Pinheiro, Milharado e Santo Estêvão das Galés são encaminhados para esta unidade hospitalar e os politraumatizados continuam a seguir para o Hospital de Santa Maria. Sobre o PDM, a autarquia prevê que, dentro em breve, seja marcada uma reunião de Câmara, pública, para apresentar a proposta. Depois, o processo fica dependente das entidades que têm de se pronunciar, no âmbito da comissão técnica de acompanhamento. Sobre o auto de notícia mencionado pelo Senhor Aníbal Ferra, e pelo que foi dado a conhecer, todas as entidades foram chamadas a pronunciar-se, sendo que o processo segue a sua devida tramitação. Quanto à requalificação da frente do Palácio Nacional de Mafra, prevê-se que as obras decorram durante quatrocentos dias, desenvolvendo-se em várias fases. A Câmara Municipal lamenta os transtornos causados". -----

-- Não se verificaram mais intervenções, pelo que se procedeu à votação das moções apresentadas. A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com trinta e nove votos a favor (vinte e oito do PPD/PSD, oito do PS, dois da CDU e um do Bloco de Esquerda), duas abstenções do CDS/PP e um voto contra do PPD/PSD, uma moção alusiva ao vigésimo quinto aniversário da morte de José Afonso, apresentada pelo Bloco de Esquerda.-----



-- Relativamente à proposta apresentada pela CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou: "esperava que a Senhora Dona Licínia Quitério tivesse feito chegar à mesa a sua proposta para integração na ordem de trabalhos. Assim, teríamos tido a oportunidade de analisar, sob o ponto de vista jurídico, todas as implicações, nomeadamente sobre se se deverá abdicar a favor de alguém ou recusar o recebimento. Iria exortar à CDU que siga esta metodologia, mas que pudesse integrá-la na próxima ordem de trabalhos, de modo a poderem ser analisadas todas as suas vertentes. Sendo um direito, não é ilidível que o mesmo possa ser recusado. Portanto, ou é mencionado qual é o objetivo, ou cada um dos membros da Assembleia decide que atribui o valor da sua senha a determinada instituição, porque não pode ser dado um donativo à Câmara." -----

-- Interveio a Senhora Dona Licínia Quitério para dizer: "não pensava que pudesse haver algum obstáculo dessa natureza. A proposta ficou convosco na última sessão. Depois, quando analisei a ata, vi que tinha sido retirada. Portanto, hoje apresentamo-la outra vez." -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou: "penso que é mais correto analisarmos o assunto juridicamente, de modo a obter um parecer sobre o que é que cada membro da Assembleia deve fazer perante esta situação." -----

-- A Senhora Dona Licínia Quitério disse ainda: "lembro que há outra proposta sobre o mesmo assunto, que foi apresentada por outras forças políticas e que foi posta à votação na anterior reunião. A nossa proposta fica agora em vosso poder e integrará a ordem de trabalhos da próxima Assembleia de abril." -----

-- Interveio o Senhor José João Costa para dizer: "será que a proposta que a Assembleia Municipal aprovou anteriormente não tem implicações jurídicas? Se esta proposta segue a mesma lógica, porque não votar? Não se trata de um donativo, mas sim de prescindir do recebimento do valor de uma senha de presença". -----

-- O Senhor Miguel Ângelo referiu: "passo a explicar aquela que é a minha leitura sobre a diferença entre o que foi aprovado na última Assembleia e o que é proposto agora. A lei diz que as senhas de presença dos membros da Assembleia estão indexadas ao valor do vencimento do Presidente da Câmara. Se o Presidente da Câmara viu o seu rendimento reduzido por força de um novo Decreto-Lei, então os membros da Assembleia também deverão reduzir. Ora, a questão é que esta nova proposta vai contra um direito que está na lei dos eleitos locais. Portanto, importa saber se é possível abdicar dele." -----

-- O Senhor José João Costa disse ainda: "não está em causa o direito, nem o perdemos. Não abdicamos dele, mas abdicamos da remuneração." -----

-- Concluído o período de **antes da Ordem do Dia**, deu-se início ao período da **Ordem do Dia**. -----

--- Deu-se sequência ao **primeiro ponto** denominado "**Informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira**". --

-- No uso da palavra, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse: "quanto às senhas de presença, sou eu que tenho que as rubricar. Logo se há dois elementos que querem prescindir das mesmas, é fácil de resolver. Temos é que tratar deste assunto. Relativamente à execução orçamental, está dentro daquilo que estava previsto, embora ao nível das receitas provenientes dos impostos diretos o decréscimo tenha sido acentuado. Dou conhecimento que, ainda hoje, participei numa reunião na EDP, porque uma das preocupações é a contenção de gastos em iluminação pública. Neste âmbito, a Câmara Municipal está a desenvolver dois projetos: instalação de relógios astronómicos, os quais permitem uma redução estimada de dez por cento dos consumos energéticos; e a colocação de balastos eletrónicos e led's nas luminárias de duzentos e cinquenta watts e cento e cinquenta watts. O balastro eletrónico funciona com duplo nível de intensidade, programável com quatro horas de nível máximo de intensidade, desde a hora de ligação da IP e com perdas reduzidas, representando uma redução de quarenta por cento. Devo dizer que estes projetos implicam um investimento elevado. Ora, como concessionária, a EDP tem de investir cerca de doze por cento do valor da renda. Assim, a Câmara Municipal propôs que esse valor

comparticipasse o investimento nestas novas soluções de poupança energética". ---

-- A Senhora Dona Licínia Quitério respondeu, dizendo: "queríamos que ficasse registado o nosso desagrado pelos considerandos que foram proferidos pelo Senhor Vice-Presidente sobre a proposta da CDU. São termos que, se pretenderam ser irónicos, foram de muito mau gosto." -----

-- Usando da palavra, o Senhor José João Costa referiu: "dadas as vicissitudes da Tratulixo e da implementação do Ecoparque da Abrunheira, ainda não conseguimos detetar qual a verdadeira situação da gestão da empresa. Carecíamos dessa informação, pelo que agradecíamos que a Câmara Municipal de Mafra a fizesse chegar por escrito." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu, dizendo: "enquanto representante desta Assembleia na Comissão de Acompanhamento, desde que começaram os testes no Ecoparque da Abrunheira ainda não tivemos nenhuma informação. Ainda não foi entregue a instalação, nem entrou em exploração." -----

-- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse: "a minha intervenção não teve como intuito desvalorizar a proposta apresentada, antes pretendi facilitar a discussão. Se me expliquei mal ou fui mal interpretado, peço desculpa porque não era a minha intenção. Relativamente ao Ecoparque da Abrunheira, este está em fase de testes. O sindicato bancário tem dificuldades no financiamento e a obra ainda não avançou. Como solução, propõe-se a criação de um sistema multimunicipal, com a integração de um acionista do grupo Adp/EGF. Amanhã vou ter uma reunião com o Presidente da Tratulixo para me inteirar do andamento do processo". -----

-- No uso da palavra, o Senhor José João Costa referiu: "agora foi confirmado que há problemas financeiros na Tratulixo. O projeto é de dois mil e dois e há dez anos que o projeto não está concluído. O nosso receio é que a recusa do sindicato bancário se venha a repercutir nas taxas que são cobradas aos munícipes. Se tiverem de aumentar as taxas, a Câmara, pelo menos, já está avisada." -----

-- Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para dizer: "sob o ponto de vista dos custos, o facto dos resíduos não irem para aterro é um benefício em termos de tarifa." -----

-- O Senhor José João Costa acrescentou: "quando se esgotou a capacidade do aterro de Trajouce, o lixo era depositado em Espanha e até no Norte e no Alentejo, o que aumentava as despesas." -----

-- Não havendo mais intervenções, foi introduzido o **segundo ponto** relativo à **"Fusão das empresas PAVIMAFRA, E.M.,S.A., e GIATUL, E.M.,S.A."** -----

-- O Senhor Vice-Presidente esclareceu: "esta matéria já foi discutida na Assembleia Municipal, em vinte e oito de dezembro do ano passado. A proposta que agora se submete à votação decorre dos procedimentos entretanto realizados, tendo sido consultados as respetivas entidades e cumpridos todos os requisitos e prazos legais. Pretende-se, assim, a aprovação definitiva da fusão em apreço, de modo a que se proceda ao seu registo e que a nova empresa, denominada GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M.,S.A, comece a desenvolver a sua atividade." -----

-- Não se verificando intervenções, prosseguiu-se com a votação este ponto. A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor (vinte e oito do PPD/PSD e oito do PS) e seis abstenções (dois do CDS/PP, um do PPD/PSD, um do Bloco de Esquerda e dois da CDU), aprovar definitivamente a fusão por incorporação da PAVIMAFRA – Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A. na GIATUL – Empresa Municipal para Gestão de Infraestruturas em Atividades Turísticas, Culturais, Desportivas e Educativas, E.M., S.A., atendendo a que não houve qualquer oposição ao referido projeto de fusão, registado na Conservatória do Registo Comercial, no dia dezoito de janeiro de dois mil e doze. -----

-- Prosseguiu-se com o **terceiro ponto** denominado **"Regulamento de Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem do Município de Mafra"**. -----

-- Para esclarecer este ponto, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador José Bizarro. -----

-- Usando da palavra, o Senhor Vereador José Bizarro disse: "a regulamentação do alojamento local decorre do Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos de dois mil e oito e, entretanto, houve também uma Portaria de dois mil e oito que definiu os diferentes requisitos deste tipo de estabelecimentos, que têm de ser autorizados pela Câmara. O legislador deixou em aberto a oportunidade dos municípios irem mais além no que se refere às hospedarias, atendendo às especificidades locais. Se o Concelho de Mafra tem um enquadramento específico associado ao surf, ao invés de o ignorarmos, temos é de criar as condições para o potenciar. No período de consulta pública, só houve uma proposta da parte do Turismo de Portugal, sugerindo que fosse feito um ajustamento nas coimas previstas, porque estas foram baseadas nos empreendimentos turísticos. Após esse reajustamento, o documento está concluído, considerando a autarquia que esta é uma forma de regulamentar e de dignificar a própria realidade das hospedarias e *hostels*." -----

-- O Senhor António Branco referiu: "sobre esta matéria não há muito a dizer, para além do regulamento ter que se adaptar à realidade da nova legislação. Contudo, o parecer do Turismo de Portugal não incidiu exclusivamente no âmbito das coimas. Só por lapso é que essas referências não foram mencionadas." -----

-- O Senhor Ivo Caracol disse: "este regulamento vem numa boa altura para regulamentar um setor em crescendo, nomeadamente quando a Câmara não tem possibilidade de fazer outros investimentos. Para os jovens, estes *hostels* são muito importantes. Iremos votar a favor do regulamento." -----

-- Não se verificaram mais inscrições, pelo que se passou à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento de Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem do Município de Mafra, nos termos do disposto na alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro. -----

-- Iniciou-se o **quarto ponto** designado "**Procedimentos Concursais – Recrutamento de 13 Assistentes Operacionais**". -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que qualquer alteração do mapa de pessoal tem ser objeto de decisão pela Assembleia Municipal. -----

-- O Senhor Vice- Presidente da Câmara Municipal disse: "esta proposta refere-se à colocação de assistentes operacionais na área da educação. O recrutamento destes assistentes surge no âmbito da transferência de competências em matéria de educação. Solicitamos à Assembleia Municipal que autorize este recrutamento." -----

-- O Senhor Hugo Moreira Luís referiu: "em resultado da transferência de competências na área da educação e sendo solicitada à Assembleia Municipal autorização para o recrutamento dos treze assistentes para o exercício dessas funções, oito em regime de substituição e cinco admissões efetivas, a bancada do PSD vota favoravelmente." -----

-- Interveio o Senhor António Branco dizendo: "há um conjunto de vagas, mas o senhor Manuel Pimenta refere que o *site* da Câmara já anunciou o concurso e este ainda não veio à Assembleia para aprovação. Penso que deve haver um engano." --

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu, dizendo: "não acredito que isso aconteça. Há uma decisão do Executivo, mas só pode ser consubstanciada após decisão da Assembleia Municipal." -----

-- Usando da palavra, o Senhor Manuel Pimenta referiu: "estive a ver o *site* da Câmara, houve um concurso no qual participaram centenas de candidatos e só agora é que o assunto é colocado à aprovação da Assembleia. Será que primeiro se fez o concurso, foram escolhidas as pessoas e agora é que se está a solicitar a aprovação da Assembleia Municipal?" -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu autorização para a intervenção do Senhor Diretor do Departamento da Presidência, Administração

Geral e Financeira da Câmara Municipal de Mafra, Doutor Paulo Dias Jorge, não tendo havido objeções. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Doutor Paulo Dias Jorge referiu: "como consta das duas informações do Departamento Sociocultural, que estão anexas à documentação entregue, trata-se da utilização de reserva de recrutamento. Esse procedimento concursal a que se estarão a referir será seguramente um que já existiu e do qual resultou a reserva de recrutamento que ora se pretende utilizar. Efetivamente e de acordo com a lei, quando há um procedimento concursal, fica aprovado um conjunto de pessoas para além das vagas, o que significa que, *a posteriori* e durante dezoito meses após homologação dessa mesma lista, essas pessoas podem ser recrutadas para preencher as vagas, ou seja, por recurso à reserva de recrutamento. A proposta que agora se submete, até eventualmente num excesso de zelo porque não é um verdadeiro procedimento concursal, é que, em cumprimento do número dois do artigo quarenta e seis da Lei do Orçamento de Estado, a Assembleia Municipal autorize este recrutamento excecional que poderá conduzir à admissão de pessoal em relação jurídica de emprego público já constituída. Em conclusão, não vai ser realizado um novo procedimento concursal para estes treze lugares, há apenas um recrutamento decorrente de listas já aprovadas em anterior procedimento concursal." -----

-- Não foram efetuadas mais inscrições, pelo que se procedeu à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com quarenta votos a favor (vinte e nove do PPD/PSD, oito do PS, um do BE e dois da CDU) e duas abstenções do CDS/PP, ao abrigo e nos termos do disposto nos números seis e sete do artigo sexto da Lei número doze-A/dois mil e oito, de vinte e sete de fevereiro, alterada pelas Leis números sessenta e quatro-A/dois mil e oito, de trinta e um de dezembro, três-B/dois mil e dez, de vinte e oito de abril, trinta e quatro/dois mil e dez, de dois de setembro, e cinquenta e cinco-A/dois mil e dez, de trinta e um de dezembro, conjugado com o número dois do artigo quarenta e seis da Lei número sessenta e quatro-B/dois mil e onze, de trinta de dezembro, autorizar o recrutamento de treze assistentes operacionais para assegurar o exercício de atividades objeto da transferência de competências na área da Educação, dos quais onze a contrato de trabalho em funções públicas a termo certo (CTTC) e dois através de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (CTTI), nos termos e pelos fundamentos de facto e de direito constantes nas informações apresentadas. -----

-- Deu-se sequência ao **quinto ponto** denominado "**Alteração da sinalização de trânsito em vários arruamentos do Concelho de Mafra, durante o ano de 2011**". -----

-- Para esclarecer este ponto, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador José Parente. -----

-- O Senhor Vereador José Parente esclareceu: "esta proposta refere-se a alterações de sinalização de trânsito que, ao longo do ano, foram sendo implementadas no Concelho de Mafra. Foi enviada, em anexo à documentação, a identificação de todas as sinalizações, muitas delas por sugestão das Juntas e outras que a Câmara entendeu introduzir, por questões de segurança e obras de remodelação. Cumprindo o Regulamento de Trânsito, submete-se à aprovação da Assembleia Municipal. Consideramos colocações provisórias e se forem aprovadas passarão a definitivas." -----

-- Interveio o Senhor José João Costa para dizer: "venho alertar para uma situação. Na rotunda do Parque Desportivo Municipal, há uma rua do lado direito, onde têm havido acidentes, porquanto a sinalização não está correta. Os carros que circulam na rotunda, quando querem entrar nessa rua, normalmente chocam com os carros que vão a descer para a Carvoeira. Revejam a sinalização nesse local." -----

-- Não se verificaram mais intervenções, pelo que se procedeu à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com quarenta votos a favor (vinte e nove PPD/PSD, dois da CDU, oito do PS e um do Bloco de Esquerda) e duas abstenções do CDS/PP, nos termos

conjugados na alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de janeiro, e do artigo quarenta e sete do Regulamento de Trânsito do Município de Mafra, aprovar as alterações de sinalização vertical e horizontal, efetuadas durante o ano de dois mil e onze, motivadas por obras de remodelação ou pela melhoria das condições de segurança nos cruzamentos, entroncamentos e vias, de acordo com as plantas apresentadas. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou: "esta vai ser a minha última Assembleia. Apresentarei a renúncia ao meu mandato, em virtude de proximamente poder vir a assumir o cargo de vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. Foi, para mim, uma grande honra presidir a este órgão e ter a colaboração dos membros desta Assembleia, que muito facilitaram o meu trabalho. Neste sentido, queria agradecer a todos e saudar o bom trabalho que esta Assembleia prestou ao Município". -----

-- Usando da palavra, o Senhor Alves Pardal disse: "queria felicitá-lo pelo seu desempenho enquanto Presidente da Assembleia Municipal e desejar-lhe sorte no exercício do futuro cargo." -----

-- O Senhor António Branco referiu: "desejo-lhe as maiores felicidades. Quero desejar que faça um trabalho tão bom quanto o fez na Assembleia Municipal." -----

-- Interveio a Senhora Dona Licínia Quitério para dizer: "queria desejar felicidades no novo cargo e saudar o bom desempenho na liderança da Assembleia Municipal." -----

-- O Senhor Aníbal Ferra referiu: "adorei trabalhar consigo pela sua isenção e quero desejar-lhe, em meu nome e do Bloco de Esquerda, as maiores felicidades no novo cargo." -----

-- No uso da palavra, o Senhor Joaquim Biancard Cruz disse: "em nome da bancada do PPD/PSD e em meu nome pessoal, queria testemunhar a forma democrática como conduziu os trabalhos desta Assembleia. O seu testemunho como democrata, a nível autárquico, é, sem dúvida, de louvar. É um prestígio para esta Assembleia Municipal, para a nossa bancada e para Mafra, a nomeação para o novo cargo. Desejamos-lhe as maiores felicidades. Sabemos que vai honrar esta terra." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu: "muito obrigado pelas vossas palavras. Na próxima Assembleia será a eleição do novo Presidente." -----

-- Concluído o período da Ordem do Dia, prosseguiu-se com o período de **Intervenção do Público**. Não se verificaram inscrições, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a primeira sessão ordinária do ano de dois mil e doze da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam trinta e sete minutos das vinte e duas horas do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze. -----

-- Para constar se lavrou esta ata, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----

Luís António Ribeiro Alves
Luís António Ribeiro Alves

MOÇÃO

Afonso Jm
Fam de 21
m de PSD, 8 de PS
2 CDU 1 BE, 2 adaltes
do CDs e 1 voto contra
do PSD 22/2/2002

José Afonso

Foi comemorado em várias regiões do País o 25º aniversário da morte de José Afonso, cantor e compositor português cuja actividade musical foi determinante na formação da consciência política que gerou mudanças e nos permitem hoje agir em Liberdade, ser quem somos como pessoas e como País.

O nome de José Afonso está indelévelmente ligado à palavra Liberdade.

José Afonso, natural de Aveiro, faleceu de doença rara no hospital de Setúbal a 23 de Fevereiro de 1987.

Foi criado em Angola onde o pai era Delegado de Procurador da República em 1930 e, pouco depois, em Moçambique, onde voltaria já como professor em 1964, mas também na Beira Interior com o tio, Presidente da Câmara, o que lhe permitiu respirar e conhecer realidades sociais e artísticas que dão conteúdo universal ao seu estilo, no qual transparece a lucidez incontornável da sua intervenção cívica.

Jogou futebol na Associação Académica de Coimbra, cuja Universidade frequentou. Integrado no Orfeão Académico, na Tuna Académica de Coimbra, enquanto estudante, viajou pelos territórios ultramarinos.

Cumpriu o serviço militar obrigatório em Mafra em 1953. Iniciou a actividade como professor em Lagos (Algarve), tendo percorrido escolas técnicas e liceus do País, sem nunca ter perdido o contacto com Coimbra onde se relacionou com compositores e músicos de várias gerações e onde se licenciou em Ciências Histórico-Filosóficas em 1963 com uma tese sobre Jean-Paul Sartre, *Implicações substancialistas na filosofia sartriana*.

Impelido pelos acontecimentos desencadeados em Angola em 1961 e pela atitude dos estudantes de Lisboa e Coimbra, onde foi decretado o "luto académico" em 1962 José Afonso começou a compor as canções que o viriam a celebrar.

Participou em digressões pela Suíça, Alemanha, Suécia, França, integrado num grupo de fados e guitarras. Em 1964 compôs A Canção Grândola, Vila Morena, que viria a tornar-se mundialmente conhecida dez anos

ANEXO UM

depois por ter servido como senha radiofunda ao Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril de 1974.

Colocado em Setúbal depois do regresso de Moçambique em 1967, acabou por ser expulso do ensino oficial. A vivência colonial foi de uma importância decisiva na sua formação cívica e artística.

Editou vários discos, as suas canções foram utilizadas em vários filmes (*A Terra da Ermelinda, Catarina, Os Índios da Meia Praia*), a Radiotelevisão Portuguesa dedicou-lhe dois programas, o único programa de estúdio a que acedeu *Lugar de Exílio, José Afonso Canta* e a reportagem sobre o monumental concerto do Coliseu dos Recreios em Lisboa. A sua música fundamentou o bailado *Dançar Zeca Afonso*, com coreografia de António Rodrigues.

As suas músicas continuam a ser gravadas por artistas portugueses e estrangeiros, mais de uma centena de intérpretes gravaram cerca de trezentas versões.

José Afonso é um dos compositores portugueses mais divulgados a nível mundial. A História fez de José Afonso um dos mais expressivos intérpretes da eterna luta pela Liberdade.

Viva José Afonso Viva a sua memória.

Mafra aos 27-02-2012.

Bloco de Esquerda

A correspondência deverá ser
dirigida ao Presidente da Câmara

EXMO SENHOR
PAULO JORGE DUARTE BALBORDO
ESTRADA DO OUTEIRINHO S/N
(CAFÉ AS MANAS)
OUTEIRINHO
2655-415 ERICEIRA

Sua referência

Sua Comunicação de
25-10-2011
31-10-2011

Nossa Referência

Salda/2011/14937
9.2.8/2011/80

Data

29-12-2011

Assunto: **Pedidos de intervenção**

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, informo V. Exa. o seguinte:

1. Após deslocação efectuada ao local, sito em Pinhal dos Frades, na freguesia de Ericeira, em 25-10-2011 e em 02-11-2011, pelo Serviço de Polícia Municipal (SPM), confirmou-se, designadamente que, no interior de parte de um terreno particular, se procedera à incineração de materiais lenhosos sobranes, bem como de resíduos da mais variada espécie, aí depositados;
2. Aquando da deslocação efectuada em 25-10-2011 pelo SPM, encontravam-se, ainda, no local, elementos pertencentes às corporações de bombeiros da Ericeira, Mafra e Malveira (com os veículos VFCI03, VTTR02 e VTTU01, entre outros), prestando auxílio no combate a incêndio que iniciara no dia anterior, pelas 15:00 horas;
3. Foi também constatada, no interior do referido terreno, a deposição e o abandono de entulhos e caliças resultantes do exercício da actividade de construção e demolição, entre outros resíduos, tal como tábuas em madeiras, plásticos variados e pneus, os quais se encontravam dispersos pela superfície do referido prédio rústico, bem como depostos em aterro na extrema Poente do terreno, não tendo sido possível, porém, identificar o produtor dos referidos resíduos, ou mesmo o responsável pela deposição ilícita ou pelo abandono dos mesmos;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF. 261 810 182 • FAX 261 810 130
E-MAIL: geral@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt



ANEXO DOIS

- ...
4. Nesta oportunidade, foi elaborado, pelo SPM, auto de notícia por contra-ordenação pela deposição e abandono de entulhos, calças e sobrantes, oriundas do exercício da actividade de construção civil, por parte de desconhecidos, para efeitos de apuramento de responsabilidade contra-ordenacional;
 5. Mais se verificou a junção do auto de ocorrência do Posto Territorial de Ericeira da Guarda Nacional Republicana, com o mesmo objecto, para os devidos efeitos.

Com os melhores cumprimentos.
No uso da competência delegada,

O Vereador



(José António Parente, Dr.)

DV/



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA
TELEF. 261 810 182 • FAX 261 810 130
E-MAIL: geral@cm-mafra.pt
INTERNET: www.cm-mafra.pt





CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Fazer a par a
proposta em foi
incluída no O.T. desta
a Assembleia Municipal de
a quem se objecto de
informar para a
apresentar para a
seja feita a inclusão
na Ordem de trabalhos
da próxima reunião
27/2/2012
✓

PROPOSTA

Os eleitos da CDU propõem que, face às dificuldades financeiras da Câmara Municipal de Mafra, os membros desta Assembleia Municipal abdiquem, na totalidade, do recebimento de senhas de presença, participando assim minimamente no esforço a que os munícipes estão a ser drasticamente sujeitos.

Mafra, 27 de Fevereiro de 2012-02-27

Os eleitos da CDU

ANEXO TRÊS¹